



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 8 - 2013/2017

Data da Sessão : 1 de Dezembro de 2014

Início da sessão: 17:00 horas

Términus da Sessão: 21:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Manuel Marques Dias, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Pedro Manuel Marques Jana, Hélder Luis Vences Pereira, José Casimiro Gonçalves Pereira, José Maia Marques, António Manuel Tavares Martins, António Cardoso Lopes, António Manuel Poeiras Ludovino António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, João de Matos Filipe, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

Faltas Justificadas: Duarte Filipe B. Matos Marques e André Filipe de Oliveira Lopes Serras.

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta n.º 8 - 2013/2017
1 de Dezembro de 2014**

-----INICIO-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e catorze, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1- Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2- Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**
- 3- Discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento de Concurso para Assistente Operacional.**
- 4- Discussão e votação da proposta de Regulamento do Parque de Campismo Municipal de Ortiga.**
- 5- Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2015.**
- 6- Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Actividades/Relatório) para o ano de 2015.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe B. Matos Marques e André Filipe de Oliveira Lopes Serras que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais Hélder Luis Vences Pereira e José Casimiro Gonçalves Pereira

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 7 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Setembro de 2014 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal José Maia Marques inicia a sua intervenção referindo que teve conhecimento pela comunicação social que se vai tentar fazer uma ligação de Vale de Abelha até ao Parque de Campismo de Ortiga e que seria destinado para caminhadas. Considera que esse caminho poderia ser também adaptado para se poder fazer btt no mesmo, pois assim muito mais pessoas poderiam usufruir do mesmo.

Refere ainda que, relativamente às Galas que têm sido vistas na televisão ultimamente, em Mação já se vem trabalhando neste tipo de evento, nomeadamente a Escola com a Gala “Mação tem talento” na qual se viu que há em Mação jovens com talento em várias áreas e que se não tivéssemos ido ver, não saberíamos que aqueles talentos existiam. Assim, pensa que se poderia fazer em Mação uma Gala, organizada pelas associações e que juntasse os talentos que existem pelo nosso concelho e que nós não conhecemos pois seria uma forma de todos ficarmos a conhecer os nossos talentos.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção felicitando a Câmara por ter sido distinguida pela segunda vez como Autarquia Familiarmente Responsável.

Continua a sua intervenção referindo a questão da toponímia, questão esta que tem vindo a ser falada já várias vezes, quer em reuniões de Câmara, quer nesta Assembleia Municipal mas sobre a qual tem a ideia que, no terreno, não se têm verificado alterações dos erros detectados. Solicita informação sobre o que tem sido feito nesta área pois considera importante que se retifiquem os erros encontrados pois com as novas tecnologias, todas as pessoas têm acesso a esta informação e corre-se o risco que a sinalização com erros seja vista por todos. Questiona se a Câmara tem previsto corrigir as referidas situações.

Termina a sua intervenção lembrando a via para bicicletas de S. Miguel até à Zona Industrial que a Câmara tinha concordado executar e que considera que seria um bom incentivo para a utilização das bicicletas e prática de desporto pelas pessoas.

--- O vogal António Reis apresentou a seguinte intervenção:

“Foi uma agradável surpresa o constatar dos apoios sociais prestados pela CMM. As melhorias introduzidas nos apoios aos idosos minorando a sua vida isolada que estes têm nas nossas aldeias, com a visita dos diversos técnicos da CMM, tanto no apoio na área da saúde, como de movimentação, (ginástica). O forte apoio escolar com um programa de subsídio das refeições e transportes, não sendo a única forma de manter alguma juventude no concelho, é sem dúvida um passo. Haveria mais, tal como o aumento do número de bolseiros do ensino universitário. São só 30 000 euros, valor algo irrisório que comparado com os 239 000 em pareceres e estudos que iremos discutir no Orçamento. De salientar o excelente apoio á natalidade no concelho, que apesar dos apoios vai diminuindo de ano para ano. Ainda não descobrimos a fórmula mágica para inverter tal situação. Mas para já devemos apoiar os que corajosamente se atrevem a ficar em Mação. Por isso, pela 2º vez o galardão de Concelho Familiarmente Responsável. Parabéns.

Na mesma linha, e sobre a Escola Secundária a constatação pela positiva do que me parece ser um bom trabalho na área da formação, neste caso hoteleira. Fui agradavelmente surpreendido na reunião de fevereiro da AM, com o que na altura vi já poderia considerar com uma boa qualidade e um certo profissionalismo demonstrado pelos alunos daquela área. Confirmei há poucos dias o que atrás digo, por ocasião do lançamento dum jogo sobre o Tejo, e a mesma agradável sensação de um bom trabalho. Parabéns

Num outro registo, Mação aparece de novo muito mal colocado no ranking de transparência. Não transparência sobre dinheiros. Estes rankings valem aquilo que valem. Neste caso é mais sobre a informação que é prestada, ou por outro lado a falta dela em especial no site da CMM. Por exemplo um qualquer cidadão pretende saber o valor do IMI cobrado, e nada encontra. Parece que vai ser reformulado o *site* e neste caso espero que a informação melhor e por isso o mau posicionamento nos rankings.

Num outro ranking, o das escolas, as de Mação ficaram novamente mal colocadas. É sempre uma noticia má. Com excepção do ensino secundário que viu o seu ranking aumentado, subindo pouco mais de cem lugares em seiscentas e poucas escolas. Os anos 6º e 9º desceram alguns lugares, mais de duzentos em pouco mais de mil escolas. Já o ensino básico praticamente se manteve inalterado, tendo descido poucos lugares. Se o trabalho lectivo é bem feito, se os docentes cumprem, se os deiscentes também cumprem, o que falha? Se nem a distância é motivo preocupante (entrevista do Sr Pr. da CM ao jornal Mirante) se a escola em termos organizativos é boa, não se compreende o porquê destas posições nas classificações. Não fico contente, antes pelo contrário, fico triste com qualquer situação em que o MEU Concelho, não fique em bons lugares. Por isso a surpresa ao verificar no ano passado com uma atitude nada humilde, em que quase fui “abalroado” pelos responsáveis tanto escolares como do Sr presidente da Câmara quando ousei falar nos rankings escolares, ainda que inserido num outro contexto. Pensava que estes responsáveis tivessem mais uma atitude humilde e pedagógica, reconhecendo a má classificação e promettessem uma reflexão. Espero que tal não venha a suceder e que o ensino em Mação saia vencedor.”

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que ficou muito satisfeito ao ter ouvido elogios da bancada do Partido Socialista à política que tem sido seguida pelo executivo camarário no que diz respeito à área social pois a mesma facilita a vida dos maçaenses. Mação é agora reconhecido por instâncias de âmbito nacional que é uma Autarquia Familiarmente Responsável, que ajuda crianças e idosos e está

particularmente satisfeito com isto pois há mais de 10 anos que, nesta mesma Assembleia o executivo e a bancada do PSD se têm batido pela ideia de que hoje em dia as câmaras são cada vez menos “câmaras de obra” e são cada vez mais câmara que disponibilizam serviços aos munícipes e como tal têm despesa corrente muito maior. Felizmente que, agora, alguns anos mais tarde, começa-se a ver que essa despesa corrente é uma despesa corrente boa, conforme o executivo vinha afirmando há décadas.

Relativamente aos rankings, refere que aceita as críticas que foram feitas, e também ficou satisfeito pelo ensino secundário ter melhorado a sua posição nos mesmos. Informa que foi feito um trabalho de análise bastante grande e que se alteraram de uma forma profunda os critérios de avaliação no Agrupamento de Escolas Verde Horizonte e as regras de transição dos finais de ciclo passaram a ser exactamente as mesmas em todos os anos e desta forma pensamos que a selecção começa a ser feita mais cedo. Considera que, dado a especificidade dos alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, oriundos de seis concelhos, os resultados não foram de todo desastrosos apesar de não terem sido os desejáveis e por isso já foram agendadas reuniões com os professores no sentido de limar alguns problemas neste sentido, pois também não gosta de ver a nossa escola mal classificada.

---O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao percurso pedestre que está programado entre Vale de Abelha e a albufeira da Barragem de Ortiga, referido pelo vogal José Maia, este é um projecto antigo que a Câmara tem, cujo projecto está devidamente elaborado e orçamentado, devendo ser concretizado no próximo ano. Mais refere que a questão colocada pelo vogal José Mais de que o referido percurso seja aproveitado também para btt é uma questão que está a ser equacionada pois considera uma ideia interessante. Relativamente à questão da realização da Gala, refere que, pessoalmente gostou da ideia, considera que pode ser interessante e a Câmara estará seguramente disponível para apoiar esta ideia naquilo que lhe for possível.

Agradece as palavras do vogal António Cardoso Lopes sobre o prémio de Autarquia Familiarmente Responsável, considerando que o mesmo não é um prémio da Câmara mas sim do concelho e que deve ser partilhado por todos.

Relativamente à questão da toponímia, existe já muito trabalho feito mas é efectivamente um processo que não tem andado com celeridade e que não tem sido pacífico em todos os locais pois há diferentes sensibilidades e há populações muito

enraizadas com determinadas terminologias existentes. No entanto este é um assunto que terá de ser decidido em reunião de Câmara considerando que, quando o mesmo chega à Câmara já foi antes discutido com as juntas de freguesia e com as respectivas populações.

Em relação à via para bicicletas, do S. Miguel até à Zona Industrial das Lamas, refere que, efectivamente foi uma ideia que esteve “em cima da mesa” mas que não se concretizou e que, de momento, não está prevista a sua concretização.

Agradece as palavras do vogal António Reis relativas ao trabalho da acção social e do prémio de Autarquia Familiarmente Responsável.

Relativamente à questão dos bolseiros, refere que o valor atribuído para as bolsas é o valor que tem sido atribuído ao longo dos últimos anos, tendo a Câmara este ano deliberado que o número de bolsas seja de 18, um pouco acima do que estava a ser contemplado no ano anterior. Quanto ao valor das mesmas, a Câmara considera que o mesmo é comportável para o orçamento da Câmara e apesar da pressão ser alguma, já foi maior em anos anteriores e a Câmara considera que está a ajudar os casos mais necessitados pois é essa a função da Câmara, não é financiar todos os estudantes universitários mas sim os que mais precisam.

Relativamente ao ranking da transparência, relativo ao site, refere que foi o primeiro a não ficar satisfeito com o mesmo pois é o responsável e o primeiro a ter de responder perante as pessoas mas o novo site está praticamente concluído e até final do ano prevê-se que o assunto esteja resolvido.

No que concerne aos rankings da escola, refere que o vogal José António Almeida já respondeu mas obviamente que há também, de alguma forma, uma responsabilidade política em relação à Câmara pelo envolvimento que a mesma tem e que mais uma vez vêm espelhados no orçamento e plano. Refere que também não ficou satisfeito com os resultados quer como município, quer como Presidente da Câmara. Compreende os condicionalismos que temos, a nossa realidade socio económica mas confia que a Escola se empenha no sentido de ultrapassar estas dificuldades na certeza que a Câmara faz bem a sua parte, respondendo positivamente aos anseios e aos pedidos que vêm surgindo por parte do Agrupamento de Escolas no sentido de proporcionar os melhores resultados possíveis e considera que todos os membros da Câmara dormem de consciência tranquila no que respeita a este assunto.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação, bem como listagem de ordens de pagamento e facturas para pagamento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2 - Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**

Foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Considerando que existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º

197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro).

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 04 de dezembro de 2014.

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.”

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento de Concurso para Assistente Operacional.**

Foi presente a seguinte proposta:

“ Atendendo ao facto de um trabalhador com um lugar provido no Mapa de Pessoal na categoria de Assistente Operacional – Parque Desportivo – Nadador Salvador, ter apresentado a denúncia em 31/07/2014, da relação jurídica de Emprego Público com este Município, e tendo em consideração o disposto no nº 2 do artigo 64º da Lei do Orçamento de Estado, 83-C/2013 de 13/12, o recrutamento é imprescindível para assegurar as obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, entendido este, como interesse colectivo, e tendo em conta a exigência da satisfação das necessidades colectivas (assegurar a segurança e vigilância dos utentes da piscina Municipal coberta).

No âmbito de recrutamento para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme o disposto no nº 3 do artigo 30º do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de Junho.

Considerando os princípios da racionalização, e eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, pode a Assembleia Municipal autorizar, o recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público previamente estabelecido, nos termos do nº 4 a 6 do artigo 30º da citada Lei.

Nos termos do nº 7 do artigo 62º da Lei do Orçamento de Estado, 83-C/2013 de 13/12, o Município cumpriu a percentagem da redução de trabalhadores.

Não resulta em aumento de trabalhadores dado que é um preenchimento que já estava contemplado no Mapa de Pessoal do Município.

Nos termos do nº2 do artigo 64º da Lei do Orçamento de Estado, 83-C/2013 de 13/12, (o órgão deliberativo pode autorizar abertura do procedimento Concurso sob proposta do órgão executivo).”

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação da proposta de Regulamento do Parque de Campismo Municipal de Ortiga.**

Foi presente proposta de Regulamento do Parque de Campismo Municipal de Ortiga pelo Sr. Vereador Vasco Marques que explicou as razões que motivaram a necessidade de alteração do Regulamento vigente.

Em seguida foi o referido documento analisado e discutido, tendo sido proposto grande número de alterações ao mesmo. Tendo em conta as observações apresentadas por vários vogais desta Assembleia e considerando que existe um regulamento em vigor e que o funcionamento do Parque de Campismo não é posto em causa, o Sr. Presidente propôs que este documento seja retirado da Ordem da Trabalhos, seja revisto, tendo em conta as observações apontadas e seja presente em próxima sessão desta Assembleia.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2015.**

Presente proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano 2015, que fica anexa aos documentos da presente reunião.

O Sr. Presidente informa que se propõe neste Mapa de Pessoal o acréscimo de três pessoas que serão duas para o Quadro de Pessoal e uma em comissão de serviço, e que são os seguintes:

- um funcionário para o serviço de Higiene Urbana
- um funcionário para o serviço de Cemitérios
- um funcionário em comissão de serviço para preencher um lugar de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2015.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Actividades/Relatório) para o ano de 2015.**

O Sr. Presidente inicia apresentação dos documentos previsionais desta Câmara Municipal para o ano de 2015, que ficam anexos aos documentos da presente sessão. Inicia a sua intervenção referindo que este Plano da Actividades é suficientemente objectivo e claro para que todos os eleitos locais possam, com total certeza e transparência, saber aquilo que irão votar e mais do que isso, saber aquilo que a Câmara pretende fazer no ano de 2015. Considera que este é um documento ambicioso quanto basta, não é um documento demagógico e é um documento onde a Câmara

assume claramente os seus projectos, as suas responsabilidades, as suas prioridades, devidamente adaptados à realidade que o concelho atravessa actualmente e que, como todos sabemos não é fácil. Considera que não valerá a pena desculparmo-nos com a conjuntura que estamos a viver mas é uma verdade que não podemos escamotear que enfrentamos desafios muito complicados. Mais refere que os anos que temos pela frente implicam de todos nós especiais responsabilidades para o futuro deste concelho. Implica saber que caminho vamos seguir, como seguir, com que meios e que objectivos é que esperamos vir a atingir. E desse ponto de vista, o documento que hoje apresentamos para discussão e votação, a exemplo do que apresentámos no ano passado, é suficientemente claro no que diz respeito aos objectivos que pretendemos atingir e às medidas concretas com que os pretendemos alcançar. Assim, entendemos que estas medidas que aqui vêm hoje à vossa apreciação bem como outras que possam vir a surgir ao longo do ano serão condição para que o concelho de Mação, em 2015, seja um pouco melhor do que é hoje, sabendo nós todas as condicionantes que temos pela frente, as dificuldades que vão surgir e o muito daquilo que não depende de nós. Estamos sistematicamente a assistir a alterações a vários níveis e a Câmara é muitas vezes chamada a assumir responsabilidades que não está, à partida, a contar. Todos sabemos também que vamos ter um ano praticamente sem fundos comunitários. Estamos ainda em fase de elaboração do Plano Estratégico para o concelho e para a região, que deverá contar com os contributos de todos e que considera que será muito importante para o nosso concelho pois será um instrumento que nos dirá que caminho seguir, com que meios e que objectivos poderemos vir a atingir.

Mais refere que este Plano de Actividades define as oito áreas estratégicas que o executivo entende que devem ser as áreas prioritárias para o próximo ano e com estas áreas estratégicas o executivo pensa atingir os seis objectivos que vêm enunciados no documento. Não consideramos que temos neste documento a salvação para o concelho mas considera justo que se possa referir que, a exemplo do ano passado, será muito fácil que os Srs membros desta Assembleia Municipal, da Câmara e os munícipes deste concelho possam, de uma forma clara confrontar o executivo municipal com aquilo que nós propusemos fazer e com aquilo que não foi efectivamente realizado.

Considera que este Plano está devidamente sustentado no Orçamento e a situação económica e financeira da Câmara permite que, aquilo que hoje aqui é apresentado pelo executivo, seja devidamente munido dos instrumentos financeiros para que, de uma forma consistente, possamos levar a efeito a nossa acção. Refere que o Orçamento teve

o cuidado de alocar às áreas que aqui são devidamente escalpelizadas, todos os meios financeiros adequados. E, portanto, fica claro que não haverá da parte do executivo, desculpas que é por falta de meios que a Câmara não cumprirá o seu Plano de Actividades.

Relativamente às áreas que o executivo tem considerado como estruturantes e mais importantes para a sua acção política desde o início do mandato, para 2015 destaca:

- O Apoio Social e o Apoio às Famílias a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, desenvolvendo um conjunto de políticas nesta área, das quais destaca a possibilidade de redução do IMI às famílias com filhos até aos 12 anos, a dinamização do Gabinete de Acção Social e do Clube Sénior, avaliação da descentralização da Loja Social pelas sedes de freguesia do concelho e o apoio que se tem mantido às IPSS's do Concelho

- A Educação, Conhecimento, Cultura e Cidadania onde se insere todo o apoio ao nosso Museu, ao Agrupamento de Escolas e comunidade escolar. Destaca ainda os núcleos museológicos de Ortiga e Envendos.

- O Apoio às Empresas e Agentes Económicos, em 2014 foi um ano em que o executivo não conseguiu fazer tudo aquilo que tinha pensado nesta área e o próprio tecido empresarial do concelho passou e está a passar por uma fase de adaptação. O facto do Quadro Comunitário de Apoio não estar ainda ao serviço das empresas e dos municípios também fez com que não pudéssemos ser tão proactivos nesta área e tivéssemos ficado muito aquém das nossas expectativas.

- No que diz respeito à Gestão Territorial, Turismo, Património, Floresta/Agricultura e Produtos Endógenos, Associativismo e Desenvolvimento Rural são fundamentais para o nosso futuro colectivo e o que está a ser delineado no Plano Estratégico passa também muito por estas áreas. Refere que considera muito importante o apoio que está a ser dado e que vai continuar a ser dado à AmarMação no sentido de ser um parceiro activo nestas áreas que serão fundamentais para o futuro do nosso concelho.

- A Saúde, Bem-Estar, Desporto e Lazer prende-se essencialmente com a prática desportiva e utilização dos equipamentos e o apoio a iniciativas de índole desportiva que possam potenciar o lazer em todo o concelho.

- Infraestruturas e Obras Públicas é uma área em que a Câmara tem de ter uma grande atenção em virtude das características próprias que temos, nomeadamente, a dimensão do concelho, a dispersão das localidades que implica por parte da Câmara uma grande atenção e disponibilidade de meios e tudo isso tem influência naquilo que é a gestão

diária dos serviços municipais e mais do que isso, com o esforço financeiro que diariamente a Câmara é obrigada a fazer.

- A Juventude, como vem referido no documento, a margem de manobra da Câmara nesta área é relativamente diminuta, contudo há sempre algo que a Câmara pode e deve fazer para que os jovens se sintam melhor e mais integrados no nosso concelho. Existe o programa de apoio ao empreendedorismo sub 30 que irá iniciar-se no próximo ano e terá de se fazer uma cada vez maior e mais estreita relação entre os jovens do concelho e a Câmara, apoiando as suas iniciativas.

- Na Comunicação e Proximidade com o Município, considera que é hoje reconhecido que este executivo tem feito um esforço que mais não é que a concretização da obrigação do executivo de estar próximo das pessoas e de poder com elas trabalhar e ouvi-las, trabalho esse que será mantido em 2015, destacando o encontro de maçaenses que este ano será realizado em Mação.

Refere que o executivo considera este Plano de Actividades um plano suficientemente ambicioso para dar resposta às necessidades mais prementes do nosso concelho, mas mais do que isso, para lançar pontes para um futuro melhor pois é esse o desejo de todos nós. Considera que os próximos 6 ou 7 anos serão decisivos, o despovoamento do concelho e de toda esta região é dramático e portanto nós estamos a atingir um limiar perigoso de falta de massa critica para que o concelho possa ter vitalidade e portanto o que nós temos para fazer nos próximos anos é muito complicado, as regras que vamos ter no futuro para a autarquia são também complicadas, o Quadro Comunitário de Apoio vai estar desenhado de uma forma muito diferente daquela que foi feita anteriormente e a Câmara não terá acesso aos meios financeiros que tinha para fazer obra mas por outro lado tem aqui um desafio que considera importante pois dá mais possibilidades às empresas e aos agentes económicos para que possam tirar partido deste Quadro Comunitário de Apoio e a Câmara deverá apetrechar-se de maneira necessária para que possa ajudar efectivamente aqueles que criam postos de trabalho e riqueza.

Relativamente ao Orçamento refere que este Orçamento tem um acréscimo de cerca de 100.000,00 € uma vez que vamos ter mais receitas do estado e está a ser também considerado o empréstimo que poderá vir a ser contratado. Relativamente às despesas, não se prevê grandes alterações. Nas despesas em Estudos e Projectos, mencionada pelo vogal António Reis, informa que estão aqui englobadas as despesas com facturas que ainda não foram pagas, 55.000,00 € para o Plano Estratégico, despesas com

análises de água da A.Logos, avenças com advogados, arquitectos, prestação de serviços do Sr. Hipólito, etc.

Mais refere que este Orçamento está em linha com aquilo que o executivo tinha previsto em relação aos anos anteriores e também nas Grandes Opções do Plano, o executivo considera que está de acordo com os compromissos que tem vindo a assumir e com aquilo que se comprometeu durante o processo eleitoral e, por isso, o executivo considera que não há nenhuma área que não esteja coberta.

Termina informando que, em reunião de Câmara, o executivo sugeriu que os Srs. Vereadores do PS pudessem dar também os seus contributos para este Plano e foi respondido, com razão, pelos mesmos que já não era altura de dar esses mesmos contributos e, por isso, assumiu o compromisso político de, no próximo ano, atempadamente, fazer uma reunião preparatória para o Orçamento para que os contributos dos Srs Vereadores do PS possam ser acolhidos, pois nestes dois anos considera que será importante aproveitar esta janela de oportunidade para fazermos coisas em conjunto para que possamos fazer algo de positivo para a nossa terra.

--- O vogal Manuel Dias intervém para referir que, após a explicação exaustiva do Sr. Presidente não ficou com muito para dizer. Refere que o tempo das obras acabou e agora estamos num novo tempo. Chama a atenção que das oito áreas estratégicas referidas no Plano de Actividades, seis delas têm a ver com Acção Social, Saúde, Educação, Juventude e temos dois pontos, o ponto das infraestruturas e obras públicas que é um problema se nos lembrarmos dos 300km de rede viária a necessitar de manutenção e o ponto do apoio aos agentes económicos que pensa ser o mais importante para o futuro pois a riqueza é criada pelas empresas e os agentes económicos e se a Câmara conseguir encontrar formas de os apoiar poderá permitir a fixação de pessoas o que é um grande problema na nossa região e em todo o interior do País.

Considera que o Plano de Actividades está bem estruturado e tem o foco dirigido fundamentalmente às pessoas e dá também “um cheirinho” ao desenvolvimento económico que é o gerador de riqueza.

Relativamente ao Orçamento refere que o mesmo é claro e transparente, é realista e a rubrica de Outros aparece com menos incidência que no passado, o que é positivo.

Termina referindo que esta abertura aos contributos de todos os eleitos locais revela um espírito de abertura e de vontade em termos de futuro, que não é muito comum e é de louvar. A Câmara está de parabéns e este documento deverá ser aprovado por todos.

--- O vogal António Reis intervém referindo que gostou muito da apresentação feita pelo Sr. Presidente. Relativamente aos documentos, refere que o sentimento que domina nos mesmos é de estagnação.

Relativamente à decisão do encontro de Maçaenses ser realizado em Mação, refere que tem dúvidas que a mesma seja boa, pois considera que terá menos pessoas a participar. No que concerne ao Plano de Actividades considera que o mesmo é muito vago e quando refere que o mesmo não é completamente transparente, refere-se à falta de quantificação de algumas medidas referidas no mesmo.

Em relação ao Orçamento, refere que considera uma injustiça o Município de Mação ter de pagar cerca de 71.000,00€ para o Fundo de Apoio Municipal e refere que tantas vezes se criticou o facto de muitas vezes não se ter avançado mais à custa de algum endividamento, agora temos as contas equilibradas e temos de pagar para aqueles que não o fizeram.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que gostou dos documentos apresentados pois os mesmos são sintéticos e objectivos quanto basta.

Considera que estes são uns documentos de uma nova época, uma época de charneira pois o novo Quadro Comunitário de Apoio indica claramente que a obra física nos municípios acabou e este documento mostra isso já de uma forma clara.

Informa que esteve na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e também lá se referiu a esta problemática, considerando que Mação está a elaborar um Plano Estratégico mas a Comunidade também e os outros municípios e todos devem ser convergentes dada a época de viragem que estamos a viver pois mais do que nunca se verifica que há terra a mais para gente a menos e todos temos de fazer alguma coisa no sentido de tentar inverter esta situação. Refere ainda que é importante os Planos Estratégicos dos Municípios convergirem com o Plano Estratégico Regional da Comunidade, pois irá refletir-se em áreas muito importantes como a Saúde, a Educação, os Transportes que são áreas fundamentais e que terão alguma hipótese de solução se forem tratadas em conjunto.

Considera que, apesar do que tem de ser feito estruturalmente, é necessário que se tomem medidas já e a selecção destas oito áreas estratégicas de intervenção que vêm inscritas no documento dão já alguns indicadores.

Terminou referindo o Programa Aproximar, considerando que o mesmo pode vir a ser importante e benéfico para o nosso município.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que não considera o documento apresentado objectivo mas sim bastante genérico, contendo alguma objectividade em poucos pontos e considera que deveria ser mais objectivo para permitir uma melhor compreensão do mesmo.

Relativamente ao Plano Estratégico, refere que os membros da Assembleia Municipal já foram ouvidos pela equipa que está a elaborar o mesmo.

Refere que no ponto da Saúde, Bem-Estar, Desporto e Lazer, não pode deixar de referir o polidesportivo do Carvoeiro, questionando a Câmara se faz sentido a finalização da obra pois a mesma continua a aparecer em PPI. Mais refere que, se não se finalizar a referida obra, então deverá ser assumido que se desperdiçou ali muito dinheiro.

Relativamente ao Orçamento e às rubricas de Outros, algumas estão fora da descrição do POCAL e por isso não é possível ter acesso aos desdobramentos e solicita que a Câmara faça uma listagem do que é imputado a essas rubricas e dessa forma todos saberiam o que é que lá está e assim a crítica poderia ser mais pedagógica ou poderia mesmo não haver lugar a crítica.

Solicita informação sobre o custo da elaboração do Plano Estratégico e se há algum período de implementação.

---O vogal João Filipe intervém para referir que ficou agradado com o facto de ter sido reconhecido pelo executivo municipal a intervenção e a abertura que os Vereadores do PS dão nas reuniões de Câmara. Considera que todos estão envolvidos no mesmo espírito de fazer o melhor pelo nosso concelho. Considera que este é o caminho mas se antes o mesmo não acontecia talvez houvesse responsabilidades de ambas as partes por isso não se verificar anteriormente e considera que os momentos difíceis unem as pessoas e talvez isso também tenha tido a sua influência.

---O vogal António Martins intervém para referir que, relativamente ao Plano de Actividades e aos objectivos nele inscritos, os mesmos não são tão claros como o executivo municipal diz serem.

Continua a sua intervenção referindo que toda a gente reconhece o bom trabalho que a Câmara leva a efeito no que diz respeito às entidades que prestam serviço social e considera que, no nosso concelho, tratamos bem os nossos idosos, e as pessoas que precisam de apoio.

Relativamente aos grandes objectivos inscritos neste documento, dá como exemplo a desertificação sobre a qual a Câmara não diz como ou o que vai fazer exactamente, ou qual é o plano de acção devidamente delineado para combater este problema e por isso

considera que não se trata de um objectivo claro mas somente um processo de intenções e relativamente ao apoio às empresas passa-se o mesmo. Mais refere que todo o documento está cheio de intenções e que muitas delas não passam disso mesmo, ficando pela intenção mas nada dizendo como vai ser executado efectivamente. Considera que estes objectivos são fundamentais e considera que temos de descobrir uma forma de fazer algo para criar emprego e tentar inverter a desertificação que nos aflige.

Refere que a educação é fundamental e a Câmara apoia a Escola e proporciona viagens de estudo e outras coisas aos alunos mas considera que só esses apoios não chegam, é preciso que a Câmara tenha uma ideia clara da educação que quer que os filhos dos seus munícipes tenham.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção agradecendo as várias intervenções. Continua referindo, relativamente à intervenção do vogal António Cardoso Lopes, que a questão dos Outros é sempre difícil de resolver pois a Câmara compra milhares de produtos diferentes durante o ano e nem sempre é fácil alocar as despesas em determinadas rubricas ou abrir mais rubricas pois verificar-se-iam centenas de rubricas, algumas com valores insignificantes. Mais refere que é feito um esforço de diminuir o valor das rubricas Outros mas é impossível acabar com as mesmas. Relativamente ao polidesportivo de Carvoeiro considera que o mesmo se justifica, até porque no Carvoeiro tem muitos jovens a praticar futebol e preocupados com a questão do pavilhão. Mais informou que já pediu orçamento e afirmou que a obra será finalizada, obra que admite já dever estar concluída há vários anos.

Relativamente à intervenção do vogal António Reis, agradece as palavras e quanto a considerar este Plano de Actividades um plano de estagnação, refere que tem de respeitar democraticamente esta opinião.

Refere que, relativamente à intervenção do vogal José António Almeida que considera esta uma época de charneira, efectivamente é assumido neste documento que estamos numa fase de definição de políticas e de objectivos mais concretos para o futuro e por isso considera que não seria cuidado nesta fase, quando estamos a elaborar um Plano Estratégico, quando não temos regulamentos bem definidos do novo Quadro Comunitário de Apoio, estar a fazer perspectivas de futuro e a assumir compromissos de futuro fechados que depois nos dificultassem a trajetória futura.

Relativamente à realização do encontro de Maçaenses se realizar em Mação é uma discussão que se pode ter pois houve criticas quando o primeiro foi realizado em Lisboa.

Considera que seria importante encontrar um programa que seja aliciante para trazer as pessoas a Mação e posteriormente poderá voltar a ser feito em Lisboa, é uma questão que terá de ser experimentada.

Em relação ao Fundo de Apoio Municipal referido pelo vogal António Reis, também considera uma injustiça que Mação tenha que pagar 71.000,00 € para o referido fundo e considera que o Governo não andou bem nesta matéria pois deveria ter resolvido o problema dos municípios endividados e depois entender-se com estes municípios. Refere que, efectivamente, os munícipes de Mação poder-se-ão questionar porque é que a Câmara deixou de fazer algumas coisas para ter as contas equilibradas e agora vai pagar para quem gastou sem pensar nisso mas que fez as coisas.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida refere que existe de facto uma estratégia de fazer convergir os Planos Estratégicos da Comunidade e dos vários municípios pois faz sentido que haja alguma coerência e no que depender da Câmara de Mação, nas áreas em que considerarmos que o concelho de Mação tem potencialidades bem como outros municípios da região do Médio Tejo, considera que faz sentido avançar para projectos comuns, nomeadamente na área da floresta.

No que concerne ao Mação 2025, o mesmo custa cerca de 55.000,00€ que incluem a elaboração do programa e 15 meses de assistência técnica para candidaturas comunitárias.

Em relação à intervenção do vogal João Filipe, considera que não é tempo de olhar para trás e refere que no que lhe diz respeito tentará que as coisas se façam da forma mais consensual possível o que nem sempre é possível mas isso é normal e tem havido um esforço de ambas as partes para que haja consenso o que considera positivo pois o que está em jogo justifica claramente que todos nós façamos um esforço em acolher as ideias de todos.

Relativamente à intervenção do vogal António Martins, refere que foi referida falta de objectividade no documento em relação à desertificação e ao apoio às empresas e refere que compreende mas considera que o documento é claro pois a Câmara não tem meios de fazer nada sozinha e por isso há um processo de intenções claro mas que não depende somente da Câmara.

Em seguida foi colocado à votação, o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com nove abstenções.

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.